



Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Setor de Infraestrutura

TERMO DE REFERÊNCIA

Nº do Processo: 255.00000590/2025-27

Interessado: Gerência Administrativa, Gerência de Contratação Administrativa

Assunto: 47/2026 - Aquisição e instalação de forro

TERMO DE REFERÊNCIA – TR – INFRA/GA Nº 116/2026 - V.3

(Processo SEI nº 255.00000590/2025-27)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constituição de registro de preços para a aquisição e instalação de forro mineral, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO 1	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER/ CATMAT	UNID. DE MEDIDA	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO, ACRESCIDO DE BDI 23%	VALOR TOTAL
	1	Retirada de forro (placas ou tiras fixadas), com provável reaproveitamento	18180	m²	4.110,00	R\$ 14,10	R\$ 17,34	R\$ 57.951,00
	2	Proteção de superfícies em geral com plástico bolha	220990	m²	5.000,00	R\$ 2,85	R\$ 3,51	R\$ 14.250,00
	3	Fornecimento e instalação de forro em fibra mineral com placas acústicas removíveis de 625mm x 625 mm	392514	m²	4.110,00	R\$ 280,47	R\$ 344,98	R\$ 1.152.731,70
	4	Remoção de entulho com caçamba metálica	25640	m³	135,00	R\$ 134,50	R\$ 165,44	R\$ 18.157,50

5	Montagem e desmontagem de andaime torre metálica (altura > 10 m)	2224	m	25,00	R\$ 34,91	R\$ 42,94	R\$ 872,75
6	Andaime torre metálica (1,5 × 1,5 m) com piso metálico	4057	m²	40,00	R\$ 28,84	R\$ 35,47	R\$ 1.153,60
TOTAL PARCIAL DOS ITENS (s/BDI)						R\$ 1.249.293,45	
BDI 23%						R\$ 287.337,49	
VALOR TOTAL (com BDI)						R\$ 1.536.630,94	

1.1.1. O objeto é composto por um agrupamento de itens único.

1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, pois embora haja fornecimento de material (placas de forro, perfis), o conjunto envolve atividades técnicas de remoção, transporte, regularização e instalação de estruturas suspensas para instalação/substituição de forro. Estas atividades são usualmente especificadas no mercado e sem inovação do espaço físico.

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado por igual período, na forma do Artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto consiste no registro de preços para fornecimento e instalação de forro mineral modular 625 × 625 mm, sistema LAY-IN com perfis T24, para atendimento das demandas de manutenção corretiva e preventiva nos ambientes corporativos e administrativos da FAPESP, assegurando a recomposição de áreas danificadas, a padronização das instalações e a manutenção do conforto acústico, térmico e estético.

2.2. A Ata de Registro de Preços é adequada à natureza contínua, pontual e eventualmente imprevisível das demandas, permitindo celeridade, eficiência e melhor gestão dos recursos públicos.

2.3. A contratação justifica-se pela necessidade de:

2.3.1. Substituir forros deteriorados e corrigir danos decorrentes de infiltrações e intervenções técnicas;

2.3.2. Atender às normas de segurança e aos requisitos de desempenho acústico;

2.3.3. Padronizar o acabamento estético dos ambientes administrativos.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), referente à contratação nº 47/2026, do Documento de Formalização de Demanda nº 43/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução envolve a execução integrada de todos os serviços previstos no quadro do item 1.1, abrangendo

retirada do forro existente, proteções, fornecimento e instalação da nova estrutura metálica, montagem das placas de forro mineral, recortes para interferências e destinação adequada dos resíduos, de forma a garantir as condições técnicas, ambientais e operacionais necessárias para o correto fornecimento e instalação do sistema de forro modular nos ambientes da FAPESP.

3.2. Previamente ao fornecimento, deverá ocorrer o planejamento para levantamento técnico das áreas, incluindo compatibilização com luminárias, sprinklers, detectores, difusores de ar-condicionado, infraestrutura elétrica, lógica e demais interferências existentes.

3.3. As placas de forro mineral a serem fornecidas e instaladas deverão obedecer às seguintes especificações técnicas mínimas:

3.3.1. Dimensões: placas modulares com dimensões de 625 x 625 mm, compatíveis com sistema modular padrão.

3.3.2. Sistema de instalação: tipo Lay-in, com apoio sobre perfis aparentes T24 (24 mm), formando malha modular removível.

3.3.3. Composição: placas produzidas em fibra mineral ou material equivalente de alto desempenho acústico e térmico.

3.3.4. Desempenho acústico: Índice de Redução de Ruído (NRC) mínimo de 0,55, comprovado por ensaio conforme normas técnicas aplicáveis.

3.3.5. Resistência à umidade: resistência mínima a 90% de umidade relativa do ar (RH), sem deformações visíveis, empenamentos ou perda de desempenho, adequada para ambientes internos climatizados.

3.3.6. Reação ao fogo: classificação de reação ao fogo Classe A ou equivalente, conforme normas técnicas aplicáveis.

3.3.7. Espessura mínima de 14 mm.

3.3.8. Acabamento superficial:

3.3.8.1. Superfície com acabamento uniforme, textura fina tipo fissurada ou similar;

3.3.8.2. Cor branca ou similar, com elevada reflexão luminosa;

3.3.8.3. Produto lavável, de fácil limpeza e manutenção;

3.3.8.4. Resistente ao descascamento, manchas e deformações.

3.3.9. Qualidade e desempenho:

3.3.9.1. As placas deverão apresentar estabilidade dimensional e resistência mecânica compatível com ambientes corporativos;

3.3.9.2. As bordas deverão permanecer íntegras, sem lascamentos ou deformações;

3.3.9.3. O sistema deverá permitir fácil remoção e reinstalação das placas para acesso às instalações superiores.

3.3.10. Perfis metálicos T24 e estrutura de sustentação:

3.3.10.1. A estrutura deverá ser composta por perfis metálicos T24 fabricados em aço galvanizado ou material equivalente com proteção anticorrosiva;

3.3.10.2. A suspensão deverá ocorrer através de tirantes reguláveis e acessórios apropriados;

3.3.10.3. O conjunto deverá possuir resistência e espessura compatíveis com os vãos e cargas do sistema;

3.3.10.4. Todos os componentes deverão ser compatíveis entre si e com as placas especificadas;

3.3.10.5. Deverão estar inclusos pendurais, conectores, travamentos, arames galvanizados e demais acessórios necessários para perfeita fixação e estabilidade estrutural;

3.3.10.6. O sistema deverá atender integralmente às normas técnicas vigentes aplicáveis.

3.4. Os serviços de remoção e instalação do forro deverão observar as rotinas operacionais estabelecidas no item 5 deste Termo de Referência, incluindo proteção do mobiliário, limpeza diária e controle de poeira.

3.5. A solução deverá proporcionar facilidade de manutenção, remoção pontual de placas danificadas e acesso às instalações existentes acima do forro, sem comprometer a integridade do sistema.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Resíduos/CTR: comprovar Controle de Transporte de Resíduos e destinação em locais licenciados; reciclar perfis metálicos quando aplicável;

4.1.2. Materiais: priorizar placas/insumos com baixo VOC (compostos orgânicos voláteis) e conteúdo reciclado

(quando disponível) e/ou certificações ambientais equivalentes;

4.1.3. Embalagens: reduzir embalagens e promover logística reversa;

4.1.4. Eficiência operacional: planejar entregas sob demanda, evitando sobras e transporte desnecessário. Indicação de marcas ou modelos.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), apenas como parâmetro de comparação, para facilitar a identificação do objeto: Forro Mineral Scala Armstrong 625x625 mm ou equivalente técnico de desempenho igual ou superior.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não se aplica a vedação de marca/produto.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade.

Da exigência de documentação complementar à proposta

4.5. Considerando que não será realizada etapa de amostra durante a seleção dos fornecedores, para fins de julgamento da proposta o proponente deverá entregar documentação complementar no padrão do fabricante, evidenciando as especificações técnicas da marca e modelo ofertados, tais como catálogos, fichas técnicas ou links, de forma a auxiliar o processo de análise da proposta.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), uma vez que a obrigação será cumprida no momento da disponibilização do bem e o pagamento será mediante a expedição do Termo de Recebimento Definitivo.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 (oito) horas às 15 (quinze) horas.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, mediante agendamento pelo e-mail infraestrutura-ga@fapesp.br, ou pelos ramais (11) 3838-4353 e (11) 3838-4373.

4.9. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto ocorrerá conforme demanda da FAPESP, em compatibilidade com o Sistema de Registro de Preços, e seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução será iniciada através de Ordem de Início de Serviço (OIS), junto da qual a FAPESP disponibilizará à Contratada a planta do local a ser atendido, em formato DWG;

5.1.2. Após o recebimento da OIS a contratada deverá entregar plano de execução para aprovação da FAPESP, no

qual será informado o eixo inicial (início da paginação) de forro, bem como a indicação de cortes das placas, por andar ou setor, conforme decisão conjunta com o setor de infraestrutura;

5.1.3. Após a aprovação a FAPESP formalizará a contratação através da emissão de Pedido de Compra/Serviços, no qual constarão as quantidades e valores unitários para execução do serviço.

5.1.4. O prazo de entrega dos materiais e de execução serviços é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do Pedido de Compras/Serviços.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na sede da Fapesp, no seguinte endereço: Rua Pio XI, nº 1500 – Alto da Lapa, São Paulo - SP.

5.3. Os serviços poderão ser realizados aos finais de semana, feriados, ou a noite, de acordo com a necessidade da FAPESP, sem quaisquer ônus.

5.4. A entrada de veículos, pessoas e materiais deverá ser comunicada com antecedência à FAPESP, para liberação.

Rotinas a serem cumpridas

5.5. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.6. Todas as dimensões apresentadas servem apenas como parâmetros prévios, sendo de inteira responsabilidade de a Contratada proceder todas as medições necessárias para a realização dos serviços, objeto deste TR;

5.7. Antes da instalação, a Contratada deverá apresentar o material para verificação da FAPESP, tanto do forro, como dos perfis e tirantes, devendo demonstrar através da nota fiscal, embalagens ou documentos do fabricante que o produto é compatível com a proposta e que atende às especificações deste Termo de Referência.

5.8. O material deverá ser instalado e mantido de acordo com as instruções de instalação descritas pelo fabricante para o produto, em vigência no momento da instalação e de acordo com as melhores práticas da construção;

5.9. Será de responsabilidade da contratada a retirada de forros e perfis existentes;

5.9.1. A retirada deverá ser executada por meio de ferramental apropriado, tomando-se o devido cuidado para não danificar outros elementos do edifício e as instalações elétricas, SPPK, ar-condicionado, entre outras;

5.9.2. As áreas envolvidas nos trabalhos deverão ser devidamente protegidas, bem como tubulações e outros elementos que permanecerão na área de intervenção;

5.9.3. A execução dos serviços de retiradas, demolição e retirada do entulho deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação e normas da Associação Brasileira de Normas – ABNT;

5.9.4. O material em bom estado, poderá ser reaproveitado futuramente pela FAPESP, devendo nesse caso, portanto, a CONTRATADA, retirar as placas com toda a cautela e acondicionar o material, conforme instruções do fabricante, em local seco e limpo, a ser designado pela FAPESP;

5.10. A contratada será responsável por eventuais danos, decorrentes do serviço, aos bens móveis e imóveis da FAPESP;

5.10.1. Todos os móveis deverão ser cobertos com plástico bolha durante a execução dos serviços;

5.10.2. A responsabilidade pela retirada e pela devida proteção aos móveis e objetos é de inteira responsabilidade da contratada, cabendo a ela as custas e o ressarcimento de eventuais danos à Fapesp;

5.10.3. É proibido desligar computadores ou equipamentos, bem como deslocar móveis sem o expreso consentimento da Fapesp;

5.10.4. Também é proibido subir em móveis ou cadeiras para a realização de quaisquer atividades.

5.11. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com a norma reguladora NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, publicada pela Federação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro do Ministério do Trabalho, e Manual de Aplicação da NR 18 publicado pelo Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo –SINDUSCON;

5.11.1. Deverão ser tomadas outras medidas preventivas necessárias para evitar acidentes de trabalho e para garantir a segurança individual e coletiva das pessoas envolvidas nos serviços e ou nas obras, dos ocupantes do prédio e inclusive de vizinhos e de terceiros;

5.11.2. Deverão ser obedecidas todas as recomendações relativas à segurança do trabalho, especialmente as previstas nas NR-6, NR-18 e demais normas aplicáveis do Ministério do Trabalho.

5.11.3. antes do início da execução dos serviços, a Contratada deverá apresentar protocolo assinado de entrega dos Equipamentos de Proteção Individual EPI e coletiva EPC, que se fizerem necessários, sob pena de paralisação e eventual multa pelo atraso da entrega do objeto;

5.12. A entrega de materiais será de total responsabilidade da contratada, devendo ser fiscalizada por pessoa designada por ela;

5.13. Os ambientes e o serviço, em cada etapa, deverão ser entregues em perfeito estado de limpeza e conservação, prontos para o funcionamento.

5.14. A responsabilidade técnica pelo descarte dos entulhos é de responsabilidade da Contratada e deverá atender às normas ambientais vigentes e, preferencialmente, adotar um caráter sustentável com o envio desses dejetos para reciclagem;

5.15. A CONTRATADA deverá providenciar a contratação de caçamba para a remoção de entulhos, conforme segue, enviando à FAPESP, o registro da empresa junto a Prefeitura de São Paulo, que deverá atender aos seguintes requisitos:

5.15.1. As Caçambas contratadas deverão seguir a legislação municipal e serem registradas na Prefeitura Municipal, para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.(fonte: PMSP)

5.15.2. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. (fonte: PMSP)

5.15.3. A Contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade ABNT com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n.º 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004. (fonte: ABNT)

Materiais a serem disponibilizados

5.16. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, tais como EPIs, escadas, andaimes e materiais para limpeza, sem quaisquer ônus à FAPESP.

5.17. A Contratada deverá obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por conta dela o fornecimento de todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPCs).

5.18. Os empregados da Contratada deverão estar devidamente identificados e uniformizados e deverão portar todos os EPIs necessários.

Especificação da garantia do serviço

5.19. O prazo de garantia contratual dos serviços será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.20. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.21. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.22. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.23. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.24. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.25. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.26. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.27. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.28. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.29. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.30. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato poderá ser substituído por Pedido de Compra/Serviços, devido à baixa complexidade do objeto e à necessidade de entrega de acordo com as especificações do objeto.
- 6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.4. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.5. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada, avaliada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto, designado pela Gerência de Contratação Administrativa.
- 6.9. Quando não houver designação de Fiscal, as atividades de fiscalização serão exercidas pelo Gestor do Contrato.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. O fiscal técnico atestará formalmente a execução do objeto do contrato, as notas fiscais e / ou faturas correspondentes à sua prestação.
- 6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto.
- 6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

- 6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato.
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de liquidação da despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Gerência Administrativa para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.22. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

- 7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico ([Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo ([Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará os parâmetros definidos no item 5 deste Termo de Referência, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.17. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua

defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão Eletrônico, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da [Lei Complementar nº 214, de 2025](#), quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

Qualificação Técnica

8.22. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.22.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e

operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.23.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.23.1.1. Fornecimento e instalação de, no mínimo, 2.000 m² de forro mineral;

8.23.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.23.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso;

8.25. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da [Lei nº 5.764, de 1971](#);

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da [Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.536.630,94 (um milhão quinhentos e trinta e seis mil seiscentos e trinta reais e noventa e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023](#).

Código boletim CDHU versão 200	Descrição	Quantidade estimada	Unidade Medida	Valor unitário R\$	Valor unitário, acrescido de BDI 23%	Valor Total R\$
04.07.020	Retirada de forro qualquer em placas ou tiras fixadas, com provável reaproveitamento	4.110	M²	R\$ 14,10	R\$ 17,34	R\$ 57.951,00

02.03.030	Proteção de superfícies em geral com plástico bolha.	5.000	M²	R\$ 2,85	R\$ 3,51	R\$ 14.250,00
22.03.140	Forro em fibra mineral com placas acústicas removíveis de 625mm x 625 mm	4.110	M²	R\$ 280,47	R\$ 344,98	R\$ 1.152.731,70
05.07.070	Remoção de entulho com caçamba metálica	135,00	M³	R\$ 134,50	R\$ 165,44	R\$ 18.157,50
02.05.080	Montagem e desmontagem de andaime torre metálica com altura superior a 10 metros	25	M	R\$ 34,91	R\$ 42,94	R\$ 872,75
02.05.202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	40	M²	R\$ 28,84	R\$ 35,47	R\$ 1.153,60
TOTAL PARCIAL DOS ITENS (s/ BDI)					R\$ 1.249.293,45	
BDI 23%					R\$ 287.337,49	
TOTAL GERAL(com BDI)					R\$ 1.536.630,94	

OBS: Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo que a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços.

11. RESPONSÁVEIS

CPF	Nome	E-mail	Emprego	Ações
xxx.722.xxx-87	Osvaldo Shigueru Nakao	onakao@fapesp.br	Gerente Administrativo	Viabilidade
xxx.970.xxx-85	Bruno Torquato	blsantos@fapesp.br	Assessor II	Elaboração do TR

São Paulo, na data de assinatura digital.

Osvaldo Shigueru Nakao
Gerente
Gerência Administrativa

Bruno Leonardo Francys Torquato dos Santos
Assessor II
Gerência Administrativa - Infraestrutura

Histórico de elaboração e revisões

1.Data	2.Versão	3.Descrição	5.Autor
19/02/2026	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Bruno Leonardo Francys Torquato dos Santos
26/02/2026	2.0	Revisão do documento	GCA / Infraestrutura
20/05/2026	3.0	Revisão do documento	Bruno Leonardo Francys Torquato dos Santos



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Leonardo Francys Torquato Dos Santos, Assessor II**, em 20/05/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Osvaldo Shigueru Nakao, Gerente**, em 20/05/2026, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0108265422** e o código CRC **E024F93C**.